



ÓBICES METODOLÓGICOS DA PRÁTICA DE PESQUISA NAS CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS

METHODOLOGICAL OBSTACLES ON THE RESEARCH PRACTICES OF ADMINISTRATION SCIENCE

Recebido em 20.01.2014. Aprovado em 20.03.2014

Avaliado pelo sistema *double blind review*

DOI: <http://dx.doi.org/10.12712/rpca.v8i1.387>

Rafael Fernandes de Mesquita

fernandesrafael@live.com

Universidade de Fortaleza - Unifor - Fortaleza - CE - Brasil

Maely Barreto de Sousa

maelybs@gmail.com

Universidade de Fortaleza - Unifor - Fortaleza - CE - Brasil

Thiago Braga Martins

thiagobraga@unifor.br

Universidade de Fortaleza - Unifor - Fortaleza - CE - Brasil

Fátima Regina Ney Matos

fneymatos@unifor.br

Universidade de Fortaleza - Unifor - Fortaleza - CE - Brasil

Resumo

O ensaio visa apresentar elementos conceituais e metodológicos que compõem o trabalho científico, a fim de aclarar as etapas de construção da pesquisa, as quais podem apresentar limitantes metodológicos, aqui evidenciados à luz de autores que versam sobre a prática científica. São confrontadas ideias, bem como discutidos os vícios metodológicos em trabalhos acadêmicos. Para compreender a essência da confecção do trabalho de pesquisa, é preciso atentar que a elaboração de um dado saber, seja em termos metodológicos ou no que diz respeito à própria análise da ideia, está ligada ao trabalho do pesquisador e cada vez menos a padrões estabelecidos. O ofício do cientista é artesanal e deve ser construído no dia a dia, pois somente a prática pode evitar os vícios metodológicos nas etapas de construção científica. Considera-se que o debate epistemológico nas ciências administrativas não deve se encerrar, já que questionar seus preceitos, suas bases, mesmo sua excelência, é uma forma de avanço científico.

Palavras-chave: Pesquisa. Ciência. Metodologia científica. Trabalhos acadêmicos.

Abstract

This theoretical essay proposes to present the conceptual and methodological elements that compose a scientific work to clarify the steps to build the research that can present methodological limiting, evidenced by authors that approach about scientific practices. The ideas are confronted and there are discussed methodological vices on academic works. To understand the essence of the elaboration of a scientific research is needed to attempt that the process of building knowledge, on methodological terms or idea analyses, is directly linked to the work of the researcher, each time less arrested to the moorings of patterns previously established. The craft of the researcher is handmade and should be built daily, because just the

practice can avoid the methodological vices on the construction of scientific research. It is considered that the epistemological debate on administration sciences should not be closed because one way of developing the scientific thought is to questioning the precepts, basis, and even the excellence.

Keywords: Research. Science. Scientific methodology. Academic works.

Introdução

Denzin e Lincoln (2006) apontam que o campo da pesquisa científica, apesar de sua normatividade, é permeado por uma série de tensões, contradições e hesitações, a exemplo do embate permanente sobre a cientificidade das ciências sociais em contraponto às ciências naturais. Conflitos, ou mesmo crises, podem redundar no avanço da ciência, conforme estabelece o modelo de quebra de paradigma de Kuhn (2005), mas também podem ser deletérios se mal administrados.

O conhecimento científico se produz pela articulação entre teoria e realidade empírica, premissa que vai ao encontro da observação de Bachelard (1996) de que em ciência nada é dado, tudo se constrói. Bunge (1972) acrescenta que somente o homem inventa, voluntariamente, problemas novos. É o único ser problematizador (SALOMON, 2006), o único que sente a necessidade e o prazer em somar dificuldades às que já se apresentam no meio natural ou no meio social.

A pesquisa consiste na atividade básica da ciência e é entendida como “o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico” (TEIXEIRA, 2003, p. 181). Para Bourdieu (1989), pesquisar é procurar, indagar, questionar o mundo, principalmente aquele que rodeia o pesquisador. O primeiro passo da atividade do cientista social é dirigir à realidade um olhar crítico, de modo a desnaturalizar os fatos sociais, a partir da ruptura com o senso comum, entendido como os lugares da existência vulgar. Segundo Geertz (1997), senso comum é o que resta quando todos os tipos mais articulados de sistemas simbólicos esgotaram suas tarefas ou aquilo que sobra da razão quando suas façanhas mais sofisticadas são deixadas de lado.

A respeito da interferência indevida do senso comum por parte do pesquisador, Santos (1989) opõe a opinião – também chamada de senso comum ou sociologia espontânea – à ciência, definida como uma construção que torna possível o conhecimento racional, válido. Para se constituir, a ciência deve romper com o senso comum, recusando seus “objetos”, isto é, as orientações para a vida prática que dele decorrem, e formar seu próprio “sistema de novos conceitos e de relações entre conceitos” (SANTOS, 1989, p. 32).

Tal ruptura obedece a dois princípios: o da não-consciência e o do primado das relações sociais. O primeiro estabelece que as ações sociais não podem ser investigadas a partir das intenções ou motivações dos agentes que as realizam; o segundo diz que os fatos sociais se explicam por outros fatos sociais, e não por fatos individuais ou naturais. Deixa claro o autor, contudo, que os referidos princípios são complicados de ser atingidos, já que o abandono do senso comum é um “sacrifício difícil” (SANTOS, 1989, p. 33).

Santos (1989, p. 36) descreve o reencontro da ciência com o senso comum como a segunda ruptura epistemológica: “uma vez feita a ruptura epistemológica, o ato epistemológico mais importante é a ruptura com a ruptura epistemológica”. Considera que as ciências sociais, diferentemente das ciências naturais, mantêm uma relação complexa e ambígua com o senso comum, razão por que a oposição ciência/senso comum não pode ser do tipo luz/trevas. Afinal, conforme Popper (1999, p. 66), “o senso comum [...] é sempre nosso ponto de partida, mas deve ser criticado”; a ciência nunca se livra completamente desse modo de conhecimento vulgar, permanecendo sob as formas de viés, pré-noção, pré-concepção, pré-juízo, ilusão, etc. E postula,

enfim, que todas as disciplinas são feitas de erros e de verdades, e que os erros têm uma eficácia histórica e um papel muitas vezes indissociável do papel das verdades, asseverando que uma ilusão pode inclusive conduzir à verdade.

Semelhante entendimento possui Alves-Mazzoti (2001), para quem a pesquisa nas ciências sociais se caracteriza por uma multiplicidade de abordagens com pressupostos, metodologias e estilos narrativos diversos. Uma história que não é linear nem homogênea entre as diversas ciências sociais. Chanlat (1999) entende as ciências sociais como aquelas que se dedicam a tornar inteligível a vida social em um de seus aspectos particulares ou em sua totalidade.

Bruyne, Herman e Schoutheete (1977) apontam que o conjunto da tradição teórica das ciências sociais tem ligações estreitas com o campo doxológico – entendido como o campo do saber não sistematizado, proveniente da prática cotidiana, a partir do qual se elaboram as problemáticas de pesquisa – e que a prática científica somente pode ter início após a ruptura com a linguagem comum. Assim sendo, uma das grandes dificuldades nesse campo é o “obstáculo epistemológico”, tendo em vista que o objeto de estudo das ciências sociais está perigosamente próximo do senso comum. Esse obstáculo somente pode ser superado pela vigilância epistemológica, que consiste em identificar opiniões previamente construídas, combater o instinto conservativo e o narcisismo intelectual, além de procurar sempre manter o esforço de racionalidade (BACHELARD, 1996).

Este estudo trata-se de um ensaio teórico científico, cujo princípio, segundo Meneghetti (2011), está nas reflexões acerca de sistemas ou modelos, razão pela qual não está preso a um sistema ou modelo específico. Muito utilizado nas ciências sociais, o ensaio quebra, assim, a lógica esquemática da ciência tradicional, principalmente de natureza positivista. Para o referido autor, o ensaio caracteriza-se por sua natureza reflexiva e interpretativa, diferente da forma classificatória convencional, por isso não adota a divisão clássica de objetivo geral, objetivos específicos, justificativa, fundamentação teórica, etc.; a orientação é dada não pela busca de respostas verdadeiras, mas pelas questões que orientam o leitor a reflexões profundas. Como diz Benjamin (1994), a estética do ensaio tem matizes próprios.

Diante do cenário aqui delineado, este ensaio se propõe a apresentar os elementos conceituais e metodológicos que compõem um trabalho científico a fim de esclarecer o pesquisador sobre as etapas de construção da pesquisa, as quais podem apresentar limitantes metodológicos, aqui evidenciados sob a luz de autores que versam sobre a prática científica.

Pesquisa em ciências sociais aplicadas

Não se pode precisar o período de surgimento da ciência, mas a civilização grega certamente contribuiu para seu advento, pois “no curto espaço de dois séculos os gregos produziram na arte, na literatura, na **ciência** e na filosofia uma assombrosa torrente de obras-primas que estabeleceram os padrões gerais da civilização ocidental” (RUSSELL, 2001, p. 13 – negrito nosso). A Grécia nos legou “uma base objetiva para o conhecimento humano” (SOLIS, 1990, p. 161).

De acordo com Solis (1990, p. 161), um dos legados da Grécia foi fornecer essa “base objetiva”, tanto em relação aos métodos quantitativos, enfatizados pelos pitagóricos, quanto aos qualitativos, quando Heródoto descreve densamente os costumes dos povos circunvizinhos, como os persas.

A lógica aristotélica predominou no meio intelectual por aproximadamente dois mil anos (RUSSELL, 2001), tendo sua hegemonia abalada apenas com a proposta metodológica de Galileu,

fundamentada na observação dos fenômenos tais como eles ocorrem, experimentação e regularidade matemática. Segundo Solis (1990), a ciência moderna nasceu a partir dos princípios metodológicos propostos por Galileu.

A partir de então, “o homem perdeu seu lugar no Universo, perdeu a certeza dos céus depois da morte, [...] perdeu a segurança de seu mundo ordenado, hierarquizado, onde cada coisa ocupava seu lugar próprio, segundo sua natureza” (SIMON, 1990, p. 128). O pensamento hegemônico sofreu com essa ruptura, mas outra hegemonia emergiu, aquela da ciência como certeza, como superior, e o método como percurso para se alcançar essa verdade. A ciência possui excelência presumida e, se não questionada, doutrinária (FEYERABEND, 1989). Morin (2003) atenta para o caráter dogmático dessa “ciência” quando, em conformidade com Popper (1999), diz que a ciência é biodegradável, e uma teoria torna-se científica quando sua falsidade pode eventualmente ser demonstrada. O método ou a ciência não irrefutáveis, invencíveis, devem ser questionados, e assim o conhecimento avança.

A potencialidade de mudança e construção de conhecimento, da qual o pesquisador se mune, dá-se na realização do questionamento, resultado daquilo que Foucault (2000) chama de ruptura, gerando novas informações. Para que essa ruptura seja relevante, é certo que o pesquisador precisa ter de forma clara aquilo que busca e que aos seus questionamentos sejam cabíveis respostas reais nos moldes científicos. Os desafios da ciência não devem desviar o pesquisador.

Em seu construto da imaginação sociológica, Wright Mills (1980) postula a capacidade de enxergar nos problemas individuais e nas situações cotidianas uma dimensão coletiva e histórica, e vice-versa. Para o autor, a atividade do cientista social é um tipo de artesanato, exigindo o intenso envolvimento do aprendiz e seu aperfeiçoamento contínuo. Seu conceito de artesanato intelectual considera que o cientista social individual deve aprender a usar a experiência de sua vida em seu trabalho continuamente, sendo o artesanato o centro de si mesmo. O estudioso, na condição de artesão intelectual, tentará juntar o que está fazendo intelectualmente e o que está experimentando como pessoa. Artesanato intelectual representa, assim, um trabalho meticuloso que alude ao ofício do artesão, sendo a pesquisa científica o resultado, o produto desse artesanato (WRIGHT MILLS, 1980).

Para Salomon (2006), a abordagem da problematização deve ser seguida de uma concepção metodológica, isto é, recursos, métodos para responder ao problema criado. O pesquisador é levado, então, a procurar tais meios quando tem um objetivo a alcançar. Segundo o autor, só existe conhecimento científico através da pesquisa vista como processo, a qual só se realiza por meio do método, e este só existe quando se está diante de um problema formulado pelo pesquisador. Destaca ainda que a ciência não se pode arrogar o direito de dizer que tem sua própria lógica para escapar das críticas. É até certo que há muitas lógicas em uso, mas não se pode aceitar que as críticas só sejam feitas depois de admitida a coerência do que se deseja criticar.

Na condição de permanente construção e desconstrução, a metodologia deve preservar sua função de artesanato da ciência, e não perder-se como filosofia da ciência. A metodologia seria pragmática, mas não no sentido pejorativo de meras tarefas empíricas nem no sentido atóxico, e sim no que diz respeito ao objetivo da pesquisa científica: atingir a comprovação de uma teoria, ainda que no âmbito micro.

A ciência produzida no âmbito da administração possui suas particularidades. A formação do corpo teórico e metodológico da administração só se consolidou a partir da contribuição de múltiplas disciplinas, de diferentes campos do conhecimento, conduzindo a uma visão menos

especializada de seu complexo objeto de estudo. Sua configuração conduz a tendências e generalizações que facilitam sua ação instrumental. Uma crítica comum a esse respeito considera que a investigação científica em administração não possui padrões metodológicos definidos e contribui apenas com acréscimos conceituais e teóricos a estruturas de conhecimento existentes (ROESCH, 1986; SIQUEIRA, 2002).

A área de administração, de fato, está mais próxima do mundo real e do senso comum do que do acadêmico e científico, o que a caracteriza como uma ciência social aplicada e voltada às especificidades das organizações (ROESCH, 1986). No entanto, isso não implica tamanhas diferenças em relação às outras ciências sociais, como demonstra Patton (1990) ao apresentar cinco alternativas de pesquisa, classificadas de acordo com seu propósito: pesquisa básica, pesquisa aplicada, avaliação de resultados, avaliação formativa e pesquisa-ação. A tipologia de propósitos de Patton (1990) compreende desde uma pesquisa que busca meramente entender e explicar os fenômenos a uma pesquisa orientada para a ação como forma de solucionar problemas imediatos, características intrínsecas do campo das ciências administrativas.

A construção do trabalho científico

Um estudo deve ser iniciado bem antes da formulação do problema, pois a base teórica é formada com as leituras prévias da temática, a formação acadêmica e até mesmo as experiências de vida, consideradas norteadores para o pesquisador em sua relação com a hipótese gerada. Demo (2003, p. 4) considera que “a escolha de um bom tema e principalmente de uma hipótese certa é a primeira arte do texto”, para que o relatório de pesquisa possa, então, ser iniciado.

A formulação de uma hipótese consiste em um trabalho cuidadoso que orientará toda a pesquisa a seu destino. Uma hipótese mal formulada é capaz de levar a pesquisa por caminhos inconsistentes e confusos (DEMO, 2003). É preciso assumir hipóteses reais, concretas e possíveis de serem estudadas para a construção do saber gerar ganhos reais ao mundo acadêmico.

Strauss e Corbin (2008, p. 62), ao considerarem que o pesquisador é um instrumento de análise nos estudos qualitativos, dentro da interação entre pesquisa e pesquisador, afirmam que a objetividade permite ao pesquisador ter a confiança de que seus resultados são uma representação razoável e imparcial do problema sob investigação, enquanto a sensibilidade permite a criatividade e a descoberta de uma nova teoria a partir dos dados.

Manter tal equilíbrio, entretanto, não é simples. Weber (1992) declarou que toda pesquisa é, de algum modo, influenciada pelos valores do pesquisador, e que até mesmo o método científico é em si um valor, de sorte que os sentimentos podem determinar a escolha de um ou outro objeto, método ou campo do conhecimento. Ademais, as conclusões e implicações extraídas de um estudo podem ser fundamentadas nas crenças morais e políticas do pesquisador, podendo tornar-se vícios metodológicos.

É preciso manter, assim, o equilíbrio entre as qualidades da objetividade e da sensibilidade. Morin (1996, p. 42) define objetividade na ciência como “o resultado de um processo crítico desenvolvido por uma comunidade/sociedade científica num jogo em que ela assume plenamente as regras”. Esse pensamento vai ao encontro das ideias de Popper (1999), segundo o qual a objetividade não é uma qualidade própria de mentes superiores; o cientista, submetido às tais regras do jogo, sofre uma coação que o empurra para o rigor e a objetividade. Por outro lado, Feyerabend (1989) acredita que a criatividade do pesquisador é o que gera o progresso da ciência, o qual está mais associado à violação das regras que à sua obediência.

Durkheim (2007) sustenta que as representações – individuais ou coletivas – só podem ser cientificamente estudadas de modo objetivo. Segundo ele, os sociólogos devem abordar seu estudo partindo do princípio de que o ignoram completamente, cientes de que poderão se espantar ou se frustrar com os resultados. Afirma, contudo, que essa consciência é rara entre os sociólogos, que dogmatizam e acreditam haver atingido a essência dos fenômenos mais complexos.

Para Collis e Hussey (2005, p. 61), a metodologia de pesquisa atém-se às seguintes questões: “Por que você coletou determinados dados? Que dados você coletou? De onde você os coletou? Quando você os coletou? Como você os coletou? Como você os analisará?”. Segundo os autores, a escolha do objetivo de pesquisa varia de acordo com o paradigma adotado (positivista ou fenomenológico), que incidirá sobre a escolha da unidade de análise. Parte-se, então, para o desenvolvimento de uma estrutura teórica, delimitada como um grupo de teorias e modelos da literatura que sustentam um estudo e explicam as questões ou hipóteses de pesquisa. Collis e Hussey (2005) sustentam, inclusive, que limitações de pesquisa, isto é, seus potenciais pontos fracos, devem ser expostos na seção metodológica do projeto. Por último, recomendam a explanação dos resultados esperados, ainda que o pesquisador não saiba aonde chegará com sua investigação.

A clareza dessa diferenciação para o pesquisador é de grande importância, pois o método de estudo será escolhido de acordo com a pergunta de pesquisa que se deseja responder. Nos métodos qualitativos, é permitido um detalhamento de dados, além da exploração de contradições e paradoxos. Essa compreensão vai para além da regularidade e tem por definição os tipos de trabalho de natureza de pesquisa cujos resultados não são alcançados através de procedimentos estatísticos (STRAUSS; CORBIN, 2008). Essa busca pelos detalhes de um determinado fenômeno nos leva à definição de Roesch (2006), a qual essa abordagem visa, para além de uma regularidade, a compreensão dos comportamentos.

Já os métodos quantitativos têm por objetivo e campo de prática dados, tendências observáveis e indicadores. Os dados se apresentam aos sentidos, que podem ser usados para apresentar um ponto de vista social ou uma grande aglomeração de dados. Esse método explora a verificação da existência de certos fenômenos ou a conformidade entre algum modelo criado a sua realidade. Epistemologicamente, ambos os métodos são igualmente científicos, sem sobreposições de um sobre o outro (MINAYO; SANCHES, 1993).

Em complemento, Weber (1992) estabelece a seguinte comparação: para as ciências da natureza, as leis são mais valiosas quanto mais gerais forem; já para o conhecimento das condições concretas dos fatos históricos, as leis gerais são quase sempre as menos valiosas, pois quanto mais vasto é o campo abrangido pela validade de um conceito genérico, tanto mais afasta o pesquisador da riqueza da realidade. Essa ciência social que se pretende exercitar é, assim, uma ciência da realidade, na busca de entender o que ela tem de específico; por um lado, as conexões e a significação cultural das diversas manifestações atuais e, por outro, as causas pelas quais ela se desenvolveu historicamente.

Quanto aos procedimentos metodológicos, Collis e Hussey (2005, p. 275) estabelecem uma diferença paradigmática: o estudo positivista “descreve os passos exatos que serão dados para tratar suas hipóteses e/ou perguntas de pesquisa”; e o estudo fenomenológico “deve enfatizar a natureza e o fundamento lógico para a metodologia escolhida antes de levar à discussão sobre o(s) método(s) de coleta e análise de dados”. Nos resultados, outra diferença entre os paradigmas: o positivista deve apenas declarar os fatos, os resultados; já o fenomenológico não consegue separar resultados e análise/discussão, que seria uma etapa seguinte no anterior.

A escolha do paradigma influenciará decisões a respeito de outras variáveis que envolvem a pesquisa, a exemplo do tamanho da amostra, que tende a ser ampliado sob o paradigma positivista e reduzido sob o paradigma fenomenológico. No âmbito positivista, os dados serão específicos e precisos numericamente; já no fenomenológico, serão ricos de nuances e detalhes subjetivos. A confiabilidade, entendida como a possibilidade de repetir a pesquisa e alcançar os mesmos resultados, tende a ser maior sob o paradigma positivista; enquanto a validade, definida como o grau de precisão com que as descobertas da pesquisa correspondem à realidade, tende a ser maior sob o paradigma fenomenológico.

Entre os tipos de metodologia positivista, destacam-se: o estudo de corte transversal, que busca informações sobre variáveis em diferentes contextos simultaneamente, normalmente utilizado quando há restrições de tempo ou recursos; o estudo experimental, que permite identificar relações causais, a fim de manipular a variável independente para observar o efeito da variável dependente; e a pesquisa *survey*, que parte de uma amostra de sujeitos retirada de uma população e estudada para se fazer inferências sobre essa população.

Já entre os tipos de metodologia fenomenológica, tem-se: a pesquisa-ação, que visa encontrar uma maneira eficaz de motivar uma mudança consciente em ambiente parcialmente controlado, considerando que pesquisador e pesquisa são parte dessa mudança; o estudo de caso, método de pesquisa exploratória que realiza exame intensivo de um único exemplo de um fenômeno de interesse; a etnografia, que busca entender os padrões observados da atividade humana usando o conhecimento adquirido e compartilhado socialmente. Os autores citam ainda a perspectiva feminista, a teoria fundamentada, a hermenêutica e a inquirição participante (COLLIS; HUSSEY, 2005). Embora exponham de modo rigoroso as diferenças entre os paradigmas positivista e fenomenológico, conforme a natureza da pesquisa, recomendam a combinação de metodologias no mesmo estudo mediante o uso de diferentes técnicas de coleta e análise de dados – prática nomeada como triangulação.

Gondim e Lima (2002) consideram o projeto de pesquisa uma ferramenta indispensável ao bom andamento de todas as etapas da investigação, servindo para o planejamento do trabalho de campo, a definição dos métodos e técnicas de análise, a interpretação dos dados e o subsídio para a preparação do relatório final, dissertação ou tese. A preparação do projeto de pesquisa é parte integrante do processo de investigação, “uma vez que a construção do objeto envolve um mínimo de familiaridade com os aspectos teóricos e empíricos a serem aprofundados ao longo daquele processo” (GONDIM; LIMA, 2002, p. 81).

É preciso assumir hipóteses reais, concretas e possíveis de ser estudadas, bem como a originalidade e utilidade do tema (GRAF, 2012), para a construção do saber trazer ganhos reais ao mundo acadêmico. A título de recomendação, a autora particiona o trabalho científico em cinco:

i) introdução, que contém o tema, a hipótese e a descrição das partes do trabalho, descritos de maneira breve, abordando a importância do assunto;

ii) teoria, que são os vários capítulos que contemplam a plataforma explicativa do autor. “Embora a revisão da literatura tenha um lugar determinado no projeto de pesquisa, esta etapa precede até mesmo a definição do problema e acompanha o trabalho durante toda a sua elaboração” (GRAF, 2012, p. 7). A identificação de fontes pode se tornar um trabalho árduo em vista das muitas fontes de dados disponíveis ao pesquisador; “encontrar o que é realmente necessário e relevante diante da quantidade de informações, requer, antes de tudo familiaridade” (GRAF, 2012, p. 8). Assim Graf (2012) retoma a ideia de Demo (2003) ao mostrar a importância do domínio sobre o tema tratado para não correr o risco de reproduzir vícios

como o reducionismo teórico ou os defeitos de argumentação;

iii) metodologia, definida como o posicionamento epistemológico e o tratamento de dados, com o propósito de esclarecer o leitor sobre a forma como a pesquisa foi conduzida;

iv) análise, destinada à habilidade interpretativa do autor, que revelará aí sua qualidade teórica e metodológica, fazendo teorias e dados “falarem” através de sua criatividade científica;

v) conclusão, a “colheita”, que se destina a dar conta de forma breve do achado crucial do estudo.

Ao fazer o recorte, o pesquisador escolhe estudar uma porção, aquilo que mais lhe interessa, porém essa amostra somente existe por fazer parte de um todo. Dessa forma, não se pode analisar o objeto por completo em desconexão de seu contexto, é preciso manter um foco de pesquisa, haja vista que, embora não seja possível trabalhar todas as nuances que lhe cabem, jamais é possível desconectá-lo do contexto completo. Todos os dados devem ser tratados com cuidado e responsabilidade, pois quando são mal manuseados tornam a pesquisa tendenciosa e trazem resultados duvidosos.

Finalmente, por mais que se deva atentar para a estrutura do trabalho, a forma de pensar deve ser a grande preocupação. “O saber pensar fica ainda melhor quando, além de inteligente, for bem arrumado” (DEMO, 2003, p. 11). O trabalho da construção estrutural também deve ser exercitado: “não podemos ‘manter desembaraçada a mão’ se não escrevemos alguma coisa pelo menos toda semana” (WRIGHT MILLS, 1980, p. 213). Cabe, então, ao pesquisador munir-se da maior quantidade de informações construtivas na elaboração de um trabalho bem estruturado. Demo (2003) pondera que o ser humano rompe limites na construção do saber, razão pela qual a criatividade é fundamental e dá personalidade à ideia proposta. Acima de tudo, o compromisso com o conhecimento é necessário, pois este levará à responsabilidade da construção de ideias concretas e significativas ao mundo acadêmico, elaboradas de maneira bem estruturada e coerente.

Entraves ao sucesso de uma pesquisa e meios para superá-los

A elaboração de um trabalho de pesquisa tem como componentes diversos elementos que o definem e levam à classificação de um bom trabalho científico. A literatura que traz diretrizes técnicas e estruturais de uma pesquisa é vasta, apresentando os elementos de maneira desmembrada, os quais somente em sua junção caracterizam um trabalho científico. Porém, não somente de elementos técnicos e divisões objetivas é composto um trabalho de pesquisa, mas de todo saber ali disposto que seja vital para a construção do conhecimento científico.

Delimitadas as orientações que indicarão o caminho que o pesquisador trilhará em sua pesquisa, Demo (2003) e Wright Mills (1980) trazem em suas obras pontos importantes ao cientista para que o trabalho alcance seu resultado com qualidade. O pesquisador precisará se lembrar de fatores limitantes, que podem ser diversos. Algumas pesquisas dispõem de mais tempo para serem realizadas, outras menos; trabalhar com os prazos propostos é algo que o pesquisador deve considerar importante. Algumas pesquisas são financiadas por um órgão fomentador, e é preciso trazer o objetivo a ser atingido para a realidade com a verba disposta para aquela pesquisa.

Um questionamento incapaz de ser respondido levará o pesquisador à frustração da falta de conclusão da pesquisa, o que poderia ser resolvido com uma delimitação mais precisa e coerente. Acima de tudo, um pesquisador deve dominar o tema sobre o qual deseja desenvolver seu pensamento. A falta de domínio teórico é algo que ficará visível caso o pesquisador decida

enveredar por caminhos que não domina. Ao tratar um tema, é preciso que o pesquisador se muna de informações consistentes e suficientes para a defesa de uma lógica de pensamento; caso isso não aconteça, é provável que o trabalho não seja significativo e acabe por não atingir seu objetivo final nem tampouco responder às perguntas de sua hipótese (DEMO, 2003).

Segundo Demo (2003), a interdisciplinaridade deve existir entre o estudo e sua realidade. Essa realidade pode ser representada pela elucidação da ciência aos mistérios e enigmas despertados na mente do pesquisador, o que enriquece a sociedade ao mesmo tempo em que contribui para a satisfação das necessidades sociais e o desabrochar da civilidade, conforme Morin (1996). Porém, possui em si uma ambivalência de sentidos: enquanto enriquece as práticas sociais, pode ter sua potencialidade desviada para finalidades destrutivas.

Outro obstáculo apontado é a crença da ciência como unidade, que considera fenômenos de aspectos diversos como idênticos, que busca a simplicidade rasteira nos princípios e métodos. Essa unificação fácil iria de encontro ao caráter de precisão, dinamismo e questionamento da ciência.

Bachelard (1996) ressalta a incidência de obstáculo epistemológico até mesmo na educação, pontualmente na atitude presunçosa de muitos professores que não levam em conta a bagagem empírica de seus alunos. Para o autor, toda cultura científica deve começar por uma catarse intelectual e afetiva, colocando-se em estado de mobilização permanente para “substituir o saber fechado e estático por um conhecimento aberto e dinâmico, dialetizar todas as variáveis experimentais, oferecer enfim à razão razões para evoluir” (BACHELARD, 1996, p. 24).

Diante de tais circunstâncias, Demo (2003) recomenda que o aluno pesquisador construa seu processo de aprendizagem de dentro para fora, de modo *autopoiético*, isto é, segundo a dinâmica da autonomia, de tal maneira que, ao relacionar-se com o mundo externo, o faça como observador sujeito, não como objeto de pressão externa. Para o autor, o ápice do conhecimento e da aprendizagem é o que ele chama de autonomia disruptiva, através da qual o indivíduo se rebela e confronta todos os seus limites, transformando-os em desafios, no sentido da transformação do mundo que o cerca e de seu próprio mundo particular.

Mattos (2002) considera que a dificuldade maior na elaboração de trabalhos científicos é de natureza técnica. Estruturas, estratégias e técnicas de coleta e análise de dados, logicamente conectadas a opções metodológicas, e estas a paradigmas, formam uma teia rígida em que iniciantes não raro se enredam. E observa que a preocupação metodológica tem polarizado, desnecessariamente, as atenções e aflições de estudantes de pós-graduação, em prejuízo da motivação maior pelo conhecimento válido, da relevância de temas e resultados e, provavelmente, dos prazos, hoje ainda muito longos, de conclusão do trabalho. Vergara (2002) coincide com tal visão ao constatar que os alunos encontram-se presos a um formalismo pouco contributivo à verdadeira construção do conhecimento.

O principal obstáculo seria, então, o formalismo, compreendido como a hipertrofia do valor forma, “fonte de estereótipos e sumidouro da riqueza dos significados” (MATTOS, 2002, p. 176), que acarreta o fato de que muitos se perdem porque não relacionam sua tarefa a um ato comunicativo bem definido, agarrando-se por segurança à dimensão formal de seu texto e à estrutura convencionalizada pelos manuais como científica. O autor ratifica a necessidade de adoção da abordagem pragmática que define teses, dissertações e artigos acadêmicos, uma vez que a ciência contemporânea é cada vez mais pluralista e a prática acadêmica tende a ser uma grande arena de consensos e dissensos, de acordo com uma valorização dialética racional. E complementa:

Nesse espaço social, o objeto em disputa não é mais o certo, o definitivo, o verdadeiro, mas o válido, o verossímil, o defensável; enfim, o preferível. Urge que tal prática comunicativa reconstrua sua própria coerência, a partir de nova prática metodológica de estruturação de textos científicos (MATTOS, 2002, p. 196).

Para o pesquisador iniciante, a dissertação de mestrado é, sem dúvida, seu ponto alto. Não por acaso, Kuhn (2005) considera a dissertação o ritual de entrada e de maturidade na academia. Realizada em um período aproximado de dois anos a dois anos e meio, a dissertação é um trabalho no qual o aluno demonstra saber utilizar determinado referencial teórico-metodológico em uma pesquisa empírica ou bibliográfica (GONDIM; LIMA, 2002). Em suma, é um exercício de como fazer pesquisa que almeja familiarizar o aluno com os procedimentos próprios da investigação científica.

A escrita de relatórios de pesquisa acadêmica torna-se um desafio na medida em que o autor desses trabalhos possui dificuldade em estruturar seu texto ou mesmo atender a requisitos obrigatórios de artigos científicos, dissertações ou teses. Busca-se atender ao que se chama de *design* de pesquisa, isto é, o caminho a partir do qual uma questão ou foco norteará a investigação e o alcance dos objetivos traçados. Esse *design* é composto de: orientação filosófica ou paradigma balizador, arcabouço teórico e métodos ou técnicas (TEIXEIRA, 2003).

Outro ponto a ser observado é a exequibilidade, isto é, o caráter realista do trabalho, em termos de tempo, dinheiro e meios logísticos. Do contrário, boa parte das informações recolhidas é subexplorada e a investigação termina em um *sprint* angustiante, durante o qual se expõe a erros e negligências (QUIVY; CAMPEHOUDT, 2008). Trata-se de um vício metodológico, portanto, assumir objetos de pesquisa inexecutáveis ou pouco delimitados, o que será provavelmente razão de insucesso para o pesquisador.

Existe também a necessidade de pertinência, que diz respeito ao registro (explicativo, normativo ou preditivo) em que se enquadra a pergunta de partida. Por exemplo, uma boa pergunta de partida não deve ser moralizadora, pois não busca julgar, mas sim compreender. Deve-se evitar também a falsa pergunta, isto é, aquela afirmação disfarçada de pergunta. Uma boa pergunta de partida deve dar vazão, *a priori*, a várias respostas diferentes, não preconcebidas, e visar um melhor conhecimento dos fenômenos estudados, não apenas sua descrição, por isso a pergunta nunca pode ser respondida simplesmente com 'sim' ou 'não' (QUIVY; CAMPEHOUDT, 2008).

A fase da observação também requer certos procedimentos para que não se incorra em vícios. Patton (2002) lista uma série de atributos úteis: atenção permanente; habilidade na escrita descritiva; disciplina na gravação de notas de campo; discernimento para separar o detalhe do trivial e obter o primeiro sem ser oprimido pelo último; uso de métodos rigorosos para validar e triangular observações; prática de relatar os pontos fortes e as limitações da própria perspectiva, o que exige autoconhecimento. O autor considera que as descrições devem ser factuais, precisas e completas, sem ser desordenadas por minúcias irrelevantes. A qualidade dos relatórios de observação é julgada pela extensão em que a observação permite que o leitor compreenda a situação descrita.

Ao analisar dissertações de mestrado da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Carrieri e Luz (1998) constataram que predomina entre os mestrandos, e mesmo entre seus orientadores, uma confusão metodológica quanto à concepção das pesquisas e seus respectivos

quadros teórico-metodológicos. Tal situação seria consequência da inexistência de uma formação epistemológica básica e forte (BERTERO et al., 1999). Sáez (2011) contribui com o debate lembrando que o papel da orientação inclui noções rudimentares de filosofia da ciência, epistemologia e um destilado de noções popperianas, o que indica que o objeto da ciência encontra-se na interseção entre o reino do saber estabelecido e o território do não conhecido, por definição, informe e infinito.

Outra dificuldade apontada refere-se à definição do propósito do projeto do aluno, que em geral elabora demasiados objetivos, cujo efeito seria a demora em completar o trabalho. Tampouco está claro para o aluno que um tema pode ser desenvolvido de diversas maneiras nem quais são essas maneiras (ROESCH, 1996).

Tem-se como máxima inicial que não é preciso redigir o trabalho numa determinada ordem, o importante é não adiar a redação. Deve-se estar atento também ao formato do trabalho, ou seja, às exigências de estrutura e conteúdo, estilo narrativo e *layout*, bem como formas de apresentação definidas pela instituição de ensino superior – no caso dos estudantes de ensino superior no Brasil, devem ser consideradas também as regras instituídas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), órgão responsável pela normalização científica e tecnológica no país.

Collis e Hussey (2005) advertem sobre a necessidade de se definir um esquema de atividades, ou seja, um cronograma com o tempo necessário para concluir cada etapa da pesquisa. A respeito do conteúdo, relatam o cuidado com os textos preliminares, aqueles que vão da capa à página que precede o primeiro capítulo. Indicam extrema atenção com a introdução, que deve ser escrita depois das conclusões e deve dialogar com estas, complementando-as. A revisão literária, ou exame da literatura, tem a importância de “fornecer uma prova de erudição”, mostrando que o pesquisador “conhece a literatura e tem capacidade intelectual para lê-la e criticá-la construtivamente” (COLLIS; HUSSEY, 2005, p. 273).

Para essas e outras questões, Veludo-de-Oliveira e Ikeda (2006) sugerem aos programas de mestrado e doutorado que incentivem a interdisciplinaridade, com a oferta de cursos que envolvam mais de uma área de concentração, e disponibilizem, na bibliografia da disciplina, a referência de artigos, publicações e materiais que espelhem o estado da arte no tema, incluindo textos clássicos e produções recentes. “O ensino e a pesquisa na área de administração de empresas, tanto quanto as publicações científicas resultantes deste esforço, têm avançado no sentido de perpetuar esta ciência recente e consolidar instituições de ensino superior” (MESQUITA et al., 2013, p. 44), assim como programas de pós-graduação e as redes formadas por colaboradores, o que se apresenta como um notório avanço deste campo.

O conceito de vício teórico contempla vários níveis de problemas no texto, como defeitos na argumentação, que geram a incapacidade de discussão do autor sobre um determinado tema. Outro elemento a ser observado é o reducionismo teórico, que se caracteriza pela falta de embasamento, por uma base pobre de reforço da proposta de conhecimento apresentada no trabalho. Já o teoricismo se caracteriza precisamente pelo oposto, é quando se transborda desnecessariamente uma pesquisa de teorias, gerando um trabalho confuso e prolixo. Além destes, um último vício é a falta de domínio teórico, que é percebida pelo texto embaraçado e infundado, deixando latente a falta de conhecimento sobre o assunto.

Demo (2003) lembra que não se deve crer que a teoria representa a realidade diretamente, tal qual cópia fidedigna, mas sim um esforço reconstrutivo da realidade, repleta de conotações interpretativas que variam de pesquisador para pesquisador. O autor aponta a deficiência na concepção epistemológica, que não se atém a questionar o conhecimento científico, e para a

deficiência no tratamento, produção e interpretação dos dados. Defende o autor, em resumo, que o texto científico contenha bom fundamento teórico e metodológico.

Morin (1996) entra nesse debate ao afirmar que as teorias não são representações da realidade, são construções cognitivas do sujeito, e, apesar de se basear em dados objetivos, uma teoria não é objetiva em si mesma; ao passo que a ciência, fruto dessas construções, não seria privilégio de uma ou outra teoria ou mente, mas uma aceitação consensual por comunidades científicas que acolhem regras absolutamente imperativas.

A partir do reconhecimento de que a elaboração do saber está diretamente ligada à visão do pesquisador e de sua sensibilidade aos temas indagados, Demo (2003) traz algumas avaliações críticas daquilo que é considerado um trabalho bem ordenado, lógico, claro e substancial. Ao escrever, é preciso demonstrar elegância textual; a progressão lógica deve estar presente desde a introdução. Já no início de um texto é preciso prender o leitor ao mostrar a ideia clara do que se trata e o quanto é importante e pertinente. Tal visão vai ao encontro do que pensam Strauss e Corbin (2008) e seu conceito de ordenamento conceitual, que é a organização de dados segundo um conjunto seletivo de propriedades e suas dimensões, agrupados em categorias discretas de acordo com suas propriedades e dimensões, depois usando a descrição para elucidar tais categorias.

No mesmo sentido, Wright Mills (1980) repudia o 'fácil escrever difícil' ao defender que os trabalhos devem ser apresentados em linguagem clara e simples, conforme o assunto e os pensamentos o permitam. "Uma prosa empolada e polissilábica não predomina nas ciências sociais", observa Wright Mills (1980, p. 233), que afirma ser necessário cultivar o hábito da escrita contínua, pois só a prática leva o pesquisador a manter seu ofício. Um problema enfrentado seria a "escrita por obrigação", quando o cientista é levado a escrever somente quando há necessidade de participar de um projeto ou edital para solicitação de financiamento. Isso se torna prejudicial por moldar o trabalho arbitrariamente e este ser apresentado de forma inapropriada. Ultimando, Vonnegut (1982, p. 67) destaca que a escrita da pesquisa deve conter correção e estilo a fim de que o texto não torture os leitores: "Tenha dó dos leitores. Eles têm de ler uma arte tão difícil que a maioria das pessoas não consegue apreendê-la e dar-lhe sentido mesmo depois de ter concluído a escola primária e secundária".

Considerações finais

Para começar a entender a essência da confecção de um trabalho de pesquisa, perpassando os pontos que lhe cabem, como idealização do tema, construção da ideia, desenvolvimento metodológico e conclusão, é preciso considerar que a elaboração de um dado saber, seja em termos metodológicos ou no que diz respeito à própria análise da ideia, está diretamente ligada ao trabalho do pesquisador e cada vez menos preso a amarras de padrões previamente estabelecidos.

O bom trabalho na ciência social de hoje não é, e habitualmente não pode ser somente, feito de uma "pesquisa" empírica claramente delineada. Compõe-se, antes, de muitos estudos bons, que em pontos-chaves encerram observações gerais sobre a forma e a tendência do assunto (WRIGHT MILLS, 1980, p. 218). Não há baldes vazios na ciência (POPPER, 1999). Contudo, além do conhecimento adquirido ao longo do tempo e com as experiências, os sentimentos, tais como as paixões, podem limitar metodologicamente os pesquisadores e, neste caso, "a razão crítica é melhor que a paixão [...] mas disponho-me inteiramente a admitir que nada jamais se realiza sem uma dose de paixão" (POPPER, 1999, p. 22-23).

Ao ser conduzido a uma aproximação à verdade científica, uma série de processos evolutivos

acontece em diversas estâncias – a própria evolução como cientista, o desenvolvimento e amadurecimento de um conhecimento e sua relação com o desenvolvimento da ciência. A bagagem de conhecimento prévio trazida pelo cientista torna-se um norteador na construção da pesquisa. Por essa razão, é fundamental à ciência livrar-se por completo do senso comum, observando a primeira ruptura epistemológica proposta por Santos (1989), apesar de tentativas de retorno, vez que ela sempre o usa como ponto de partida (POPPER, 1999). A mistura, portanto, passa a ser regulada pela ‘vigilância epistemológica’, trazendo a racionalidade. O esforço de racionalidade e de construção deve, assim, reter a atenção do pesquisador, de modo que a interpretação ponha os fatos em seu devido lugar, afinal “é imensa a distância entre o livro impresso e o livro lido, entre o livro lido e o livro compreendido, assimilado, sabido” (BACHELARD, 1996, p. 10).

O problema ocorre quando o que *cremos saber* ofusca o que *deveríamos saber*. Primeiro obstáculo a ser superado, a opinião apenas traduz necessidades em conhecimentos, e o espírito científico proíbe que se tenha opinião sobre o que não se conhece. A experiência científica contradiz a experiência comum, haja vista que esta não é de fato constituída (seria no máximo justaposta), não podendo ser verificada nem originar uma lei, um sistema geral. Para Bachelard (1996, p. 13), a tarefa da filosofia científica seria “psicanalisar o interesse, derrubar qualquer utilitarismo por mais disfarçado que seja, [...] voltar o espírito do real para o artificial, do natural para o humano, da representação para a abstração”, lembrando que o processo de abstração não é uniforme, o que pode originar um obstáculo na experiência que se quer concreta e real, natural e imediata.

Sobre o problema do formato, Wright Mills (1980, p. 232) alerta que “a forma como dispomos o material para apresentação sempre afeta o conteúdo de nosso trabalho”, então esta também deve ser uma preocupação do cientista, tanto o conteúdo quanto sua forma e disposição. Ambos necessitam de atenção especial e são diversos os autores que propõem os mais variados formatos de apresentação científica de fatos. Os manuais possuem suas recomendações, mas ainda sim compreender o porquê e indagar-se mesmo especialmente sobre o formato pode ser problematização pertinente.

As teias metodológicas compostas por técnicas de coleta e análises de dados oriundas das opções tomadas pelo pesquisador inexperiente podem conduzir à dificuldade na elaboração do trabalho (MATTOS, 2002), por essa razão Demo (2003) afirma que a aprendizagem do pesquisador deve acontecer de dentro para fora. Não se afirma como desnecessária a existência de manuais de elaboração de trabalhos científicos, pelo contrário, estes possuem sua importância. Porém, a construção de um trabalho perpassa as lógicas estilísticas e entra na compreensão do trabalho por questões como significados, compreensão e relevância do material ali exposto.

Entendidos como um dos principais óbices metodológicos, os vícios apresentam-se de diversas formas, como objetivos de pesquisa inexecutáveis, embasamento teórico insatisfatório (em excesso ou desconexo ao trabalho), métodos incompatíveis com o que a pesquisa necessita ou formalismo, entendido como a sobrevalorização do valor forma. Nesse sentido, Demo (2003) ressalta a necessidade de elegância textual e de uma progressão lógica da escrita presente desde o início do trabalho.

A reflexão metodológica aqui proposta busca apoio na epistemologia da administração para propor uma discussão sobre métodos e processos de pesquisa em via de evoluir nesse debate. Conclui-se que o ofício do cientista é artesanal e deve ser construído no dia a dia, pois somente a prática cotidiana pode fornecer subsídios para evitar os vícios metodológicos nas etapas de construção da pesquisa e no texto científicos. Considera-se, por fim, que o debate

epistemológico nas ciências administrativas não deve ser encerrado, já que questionar seus preceitos, suas bases, mesmo sua excelência, é uma forma de avançar o pensamento científico.

Referências

ALVES-MAZZOTI, A. J. As ciências sociais são ciências? In: ALVES-MAZZOTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais** – pesquisa quantitativa e qualitativa. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2001. (p. 112-128).

BACHELARD, G. **A formação do espírito científico** – contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERTERO, C. O.; CALDAS, M. P.; WOOD JR., T. Produção científica em administração de empresas: provocações, insinuações e contribuições para um debate local. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 3, n. 1, Curitiba, Jan./Apr. 1999.

BOURDIEU, P. **Introdução a uma sociologia reflexiva**. Lisboa: Difel, 1989.

BRUYNE, P. de; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. de. **Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais** – Os pólos da prática metodológica. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

BUNGE, M. **Causalidad: el principio de causalidad en la ciencia moderna**. Buenos Aires: Eudeba, 1972.

CARRIERI, A. P.; LUZ, T. R. Paradigmas e metodologias: não existe pecado do lado de baixo do Equador. In: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração, 20, 1998, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: ANPAD, 1998.

CHANLAT, J. **Ciências sociais e management: reconciliando o econômico e o social**. São Paulo: Atlas, 1999.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração** – um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

DEMO, P. **Vícios metodológicos**. Brasília: UnB, 2003.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. e colaboradores. **O planejamento da pesquisa qualitativa** – teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. (p. 15-47).

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FEYERABEND, P. **Contra o método**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2000.

GEERTZ, C. O senso comum como um sistema cultural. In: GEERTZ, C. **O saber local**. Petrópolis: Vozes, 1997. (p. 111-141).

GONDIM, L. M. P.; LIMA, J. C. **A pesquisa como artesanato intelectual** – considerações sobre método e bom senso. João Pessoa: Manufatura, 2002.

GRAF, A. V. Manual para elaboração do projeto de pesquisa das Faculdades Integradas de

Itapetininga. **Biblioteca Padre Lambert Prins**. Itapetininga, 2012.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

MATTOS, P. L. A estruturação de dissertações e teses em administração: caracterização teórica e sugestões práticas. **RAC**, v. 6, n. 3, p. 175-198, set/dez 2002.

MENEGHETTI, F. K. O que é um ensaio-teórico? **RAC**. 2011, v. 15, n. 2, pp. 320-332.

MESQUITA, R. F.; MEDEIROS, A. K. L.; SENA, A. M. C.; SILVA, M. C.; GOMES, V. M. P. O triênio 2010-2012 e a nova avaliação de periódicos da Capes. **Educação, Ciência e Cultura**, v. 18, n. 2, jul./dez., p. 33-47, 2013.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./set., 1993.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

PATTON, M. Q. Fieldwork strategies and observation methods. In: **Qualitative research and evaluation methods**. 3. ed. Thousand Oaks: Sage, 2002.

POPPER, K. R. **Conhecimento objetivo**: uma abordagem evolucionária. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

QUIVY, R.; CAMPEHOUDT L. V. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 2008.

ROESCH, S. M. A. A dissertação de mestrado em administração: proposta de uma tipologia. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 75-83, jan./mar., 1986.

_____. **A. Projetos de estágio e de pesquisa em administração**: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudo de casos. São Paulo: Atlas, 2006.

RUSSELL, B. **História do pensamento ocidental** – a aventura das ideias: dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

SALOMON, D. V. **A maravilhosa incerteza** – pensar, pesquisar e criar. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SÁEZ, O. C. O lugar e o tempo do objeto etnográfico. Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA). **Etnográfica**, v. 15, n. 3, Lisboa, jun. 2011. Acesso em: 11 dez. 2013.

SANTOS, B. S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SILVERMAN, D. **Interpretação de dados qualitativos** – métodos para análise de entrevistas, textos e interações. Porto Alegre: Artmed, 2009. (p. 282-299).

SIMON, M. C. Galileu Galilei. In: HÜHNE, L. M. da (Org.). **Metodologia científica** – caderno de textos e técnicas. 4. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1990.

SIQUEIRA, M. M. A respeito da estruturação de dissertações e teses em administração. In: MATTOS, P. L. A estruturação de dissertações e teses em administração: caracterização teórica e sugestões práticas. **RAC**, v. 6, n. 3, Set/Dez 2002.

SOLIS, S. S. F. O método experimental-dedutivo e a revolução galileu-cartesiana. In: HÜHNE, L. M; (Org.). **Metodologia científica** – caderno de textos e técnicas. 4.ed. Rio de Janeiro: Agir, 1990.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Pesquisa qualitativa** – técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada. Porto Alegre: Artmed/Bookman, 2008.

TEIXEIRA, E. B. A análise de dados na pesquisa científica – importância e desafios em estudos organizacionais. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí (RS), ano 1, n. 2, p. 177-201, jul./ago. 2003.

VELUDO-DE-OLIVEIRA, T. M.; IKEDA, A. A. Valor em serviços educacionais. **RAE-eletrônica**, v. 5, n. 2, art. 12, jul./dez. 2006.

VERGARA, S. C. Refletindo sobre o texto ‘A estrutura de dissertações e teses em administração: caracterização teórica e sugestões práticas’. In: MATTOS, P. L. A estruturação de dissertações e teses em administração: caracterização teórica e sugestões práticas. **RAC**, v. 6, n. 3, Set./Dez., 2002: p. 175-198.

VONNEGUT, K. **How to write with style**. Folder, s.n.t., 1982.

WEBER, M. **Metodologia das ciências sociais**. Parte 1. Trad. de Agustin Wernet. São Paulo-Campinas: Cortez-Unicamp, 1992, p. 107-154.

WRIGHT MILLS, C. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.